



SANTA CASA
DE PONTA GROSSA



HOSPITAL DO BEM

Diretor Técnico: Dr. Rogério Santos Clemente - CRM-PR: 12841 / RQE: 6934

Balanço Contábil 2021





SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PONTA GROSSA

CNPJ N° 80.238.926/0001-59

Av. Dr. Francisco Burzio, 774 - Ponta Grossa - Paraná

Reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Federal n° 65.516 de 30/04/70 - D.O.U. de 30/04/1970

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa	37.822,76	65.534,12
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	4.192.469,53	381.545,46
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	-	271.662,55
Aplicações Financeiras – Recursos Sem Restrição	2.103.860,94	7.605.638,90
Aplicações Financeiras – Recursos Com Restrição	32.972,80	-
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	896.510,05	995.052,89
Creditos de Operações com Plano Assistencia a Saúde	221.157,71	5.178.702,59
Créditos de Operações Não relac.c/Plano Assist.a Saúde	2.629.570,62	1.851.271,92
Convênios a Receber	23.639.543,29	21.487.948,72
(-) Prov. Dev. Duvidosos	(710.701,18)	(955.865,69)
Estoques	2.987.676,01	2.814.629,36
Despesas do Exercício Seguinte	408.942,10	29.002,98
TOTAL DO CIRCULANTE	36.439.824,63	39.725.123,80
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	2.233.674,64	-
Títulos a Receber	2.233.674,64	-
Imobilizado	32.330.776,98	27.950.411,46
Bens Sem Restrição	47.070.298,32	47.289.888,69
Bens Com Restrição	15.419.326,14	8.667.306,59
(-) Depreciação Acumulada	(30.697.633,69)	(28.154.240,46)
Imobilizações em Andamento	538.786,21	147.456,64
TOTAL NÃO CIRCULANTE	34.564.451,62	27.950.411,46
TOTAL DO ATIVO	71.004.276,25	67.675.535,26

PASSIVO	2021	2020
CIRCULANTE		
Provisões Técnicas de Oper.Assist.Médico-Hospitalar	479.886,44	13.718.049,06
Déb.Oper.Assist.à Saúde Não Relac.c/OPS	9.425.767,94	5.030.184,46
Fornecedores Diversos	9.390.943,07	8.710.316,94
Emprést. Bancários e Financiamentos	5.635.543,72	5.050.393,00
Obrigações com Funcionários	5.222.765,66	4.477.682,09
Obrigações Sociais	2.661.880,58	3.177.856,04
Imposto de Renda à Recolher	561.228,63	667.437,30
Outras Obrigações	114.902,67	97.001,65
Recursos de Convênios em Execução	32.972,80	-
TOTAL DO CIRCULANTE	33.525.891,51	40.928.920,54
NÃO CIRCULANTE		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	372.525,14	-
Empréstimos e Financiamentos	22.661.307,76	23.576.202,44
Provisão para Contingências	432.722,38	337.739,20
Subvenções a Realizar	10.595.664,04	4.966.919,98
TOTAL NÃO CIRCULANTE	34.062.219,32	28.880.861,62
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social	2.900.957,40	2.900.957,40
Déficits Acumulados	(5.035.204,30)	(8.264.667,88)
Superávit do Período	5.550.412,32	3.229.463,58
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.416.165,42	(2.134.246,90)
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71.004.276,25	67.675.535,26

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2021	2020
RECEITA BRUTA		
Contraprestações Efetivas de Oper. de Assistência a Saúde	59.307.597,96	52.331.608,45
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	59.697.423,26	52.480.607,85
Variação das Provisões Técnicas	(389.825,30)	(148.999,40)
Eventos/Sinistros Indenizáveis Líquidos	46.580.881,99	41.751.985,46
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	54.495.580,60	45.297.583,67
Outras Recuperações/Ressarc./Deduções de Eventos/Sinistros	(3.715.850,75)	(3.537.966,78)
Variação da Provisão de Eventos	(4.198.847,86)	(7.631,43)
Resultado das Operações com Planos Assist à Saúde	12.726.715,97	10.579.622,99
Outras Receitas Oper.de Assist.à Saúde Não Relac.c/Pl.de Saúde	152.949.045,03	120.910.961,52
Receitas Operacionais	133.814.258,00	101.802.404,03
Receitas C/Doações	1.915.449,17	390.578,64
Subvenções P/Investimentos	1.123.315,67	839.734,56
Subvenções P/Custeio	-	4.505.742,24
Receitas C/Irmãos	20.470,00	9.385,00
Isonções Sociais Usufruídas	16.075.552,19	13.363.117,05
TOTAL DAS RECEITAS	165.675.761,00	131.490.584,51
Gratuidades	(1.302.589,43)	(1.079.062,12)
Deduções, Glosas e Abatimentos	(702.896,11)	(661.816,52)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	163.670.275,46	129.749.705,87
Custo dos Serviços Prestados	(116.460.308,62)	(92.265.945,61)
TOTAL DEDUÇÕES DA RECEITA	47.209.966,84	37.483.760,26
Despesas Gerais e Administrativas	(23.718.491,71)	(17.655.620,16)
Receitas Financeiras	545.003,54	4.017.338,97
Despesas Financeiras	(5.370.725,86)	(7.592.821,05)
Receitas Eventuais	2.960.211,70	339.922,61
Isonções Sociais Usufruídas	(16.075.552,19)	(13.363.117,05)
TOTAL	(41.659.554,52)	(34.254.296,68)
Superávit do Período	5.550.412,32	3.229.463,58

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO
DE CAIXA MÉTODO INDIRETO****2021****2020****1. Fluxos de Caixa das Atividades Operações:**

Superávit/Déficit do Período 5.550.412,32 3.229.463,58

Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício

Baixa de Bens do Ativo Imobilizado 1.010.623,95 72.190,24

Depreciação/Amortização 3.904.081,52 3.369.616,97

Créditos Operacionais a Receber Plano e Saúde 4.957.544,88 2.347.521,13

Créditos de Operações Não relac.c/Plano Assist.a Saúde (778.298,70) (140.722,17)

PCLD (245.164,51) 210.268,91

Créditos a Receber (2.233.674,64) -

Clientes a Receber (2.151.594,57) (3.057.526,48)

Estoques (173.046,65) (1.075.047,18)

Despesas do Exercício Seguinte (379.939,12) (10.519,96)

Provisões Técnicas de Oper.Assist.Médico-Hospitalar (13.238.162,62) 2.345.708,81

Déb.Oper.Assist.à Saúde Não Relac.c/Planos Saúde 4.395.583,48 (284.261,42)

Fornecedores 680.626,13 (491.886,25)

Débitos a Pagar 513.325,60 (847.621,97)

Provisão para Contingências 94.983,18 337.739,20

Subvenções Sociais 5.661.716,86 (526.629,96)

(=) Caixa Gerado pelas Operações 7.569.017,11 5.478.293,45**2. Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:**

Baixa de Investimentos - -

Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (9.295.070,99) (4.525.814,69)

(=) Caixa Gerado pelos Investimentos (9.295.070,99) (4.525.814,69)**3. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:**

Empréstimos de Curto Prazo 585.150,72 (1.488.524,20)

Empréstimos de Longo Prazo (914.894,68) (1.410.960,10)

(=) Caixa Gerado pelos Financiamentos (329.743,96) (2.899.484,30)**Aumento/Redução Líquida das Disponibilidades (2.055.797,84) (1.947.005,54)**

Disponibilidades no Início do Exercício 9.319.433,92 11.266.439,46

Disponibilidades no Final do Exercício 7.263.636,08 9.319.433,92

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Contas	Patrimônio Social	Déficit Acumulados	Resultados Abrangentes	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2019	2.900.957,40	(6.452.197,92)	-	(1.812.469,96)	(5.363.710,48)
Superávit/Déficit Acumulados	-	(1.812.469,96)	-	1.812.469,96	-
Superávit do Exercício	-	-	-	3.229.463,58	3.229.463,58
Saldo em 31/12/2020	2.900.957,40	(8.264.667,88)	-	3.229.463,58	(2.134.246,90)
Superávit/Déficit Acumulados	-	3.229.463,58	-	(3.229.463,58)	-
Superávit do Exercício	-	-	-	5.550.412,32	5.550.412,32
Saldo em 31/12/2021	2.900.957,40	(5.035.204,30)	-	5.550.412,32	3.416.165,42

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, constituída em 08/12/1912, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em caráter filantrópico e beneficente, que tem por finalidade principal a assistência à saúde. A entidade aplica seus recursos e eventual resultado operacional, integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, bem como, não distribui resultados, dividendos bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma e, não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, beneficiários ou equivalentes, remuneração, vantagens

ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Encontra-se registrado no Cartório Privativo de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob n.º 314 Livro A-1 em 28/11/94, representada atualmente por seu provedor Flavio Carlos Kaiber, eleito pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/12/2018, tomando posse em 25/02/2019 para o triênio 2019/2021. A Entidade é Certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS como entidade de fins filantrópicos.

NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

A) Caixa e Equivalentes de Caixa – Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez.

B) Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

C) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência ocorrida nos últimos cinco anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

D) Estoques – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

E) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados: (a) pelo custo de aquisição ou construção. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econmicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

F) Depreciação do Imobilizado – A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação vigente, consideradas adequadas pela administração.

G) Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econmico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.

H) Financiamentos e Parcelamentos – Os financiamentos bancários e os parcelamentos de tributos estão apresentados pelo principal acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

I) Receitas e Despesas – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Foi reconhecida como receita a isenção tributária e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS e da COFINS, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.

J) Apuração do resultado – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econmicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

K) Ativo e Passivo Circulante – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante.

L) Obrigações Trabalhistas – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

M) Contas a Pagar a Fornecedores – Os valores a pagar  fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e estão sujeitas a juros, e estão incluídos os valores negociados com os fornecedores através de termos de confissão de dvida.

N) Contas a Pagar de Honorários Médicos – Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.

O) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC N 1.152/09 e também com a Resolução do CFC N 1.296/10 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
CAIXA	37.822,76	65.534,12
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.192.469,53	653.208,01
BANCOS CONTA VINCULADAS E APLICAÇÕES	3.033.343,79	8.600.691,79
TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.263.636,08	9.319.433,92

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

CLIENTES	2021	2020
TOTAL:	23.639.543,29	21.487.948,72

NOTA 5 – ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – EPCLD

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas dos seus recebíveis.

DESCRIÇÃO	2021	2020
(-) Provisão para Devedores	710.701,18	955.865,69

NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio, e a composição dos estoques é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Medicamentos	1.291.326,26	957.000,95
Materiais Hospital	880.434,34	896.119,40
Materiais de Expediente	74.511,80	94.188,54
Materiais de Manutenção e Conservação	169.096,37	126.898,31
Nutrição	46.944,90	54.884,70
Materiais e Medicamentos CDI	65.184,88	73.446,50
Materiais de Limpeza e Higiene	102.086,54	81.427,63
Uniformes e Epis	74.312,36	235.409,27
Oxigênio - Gases Medicinais	14.419,43	37.258,79
Material de Uso e Consumo	57.067,47	49.048,87
Materiais de Laboratório	144.079,57	187.093,10
Órteses e Próteses	27.434,13	17.966,98
Combustíveis e Lubrificantes	15.587,66	3.886,32
Estoque Vale Transporte	25.190,30	0,00
TOTAIS ESTOQUE	2.987.676,01	2.814.629,36

NOTA 7 – IMOBILIZADO

As immobilizações estão registradas pelo custo de aquisição ou construção. Os valores representados contabilmente não superam aos de mercado, por realização ou uso. A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação, consideradas adequadas pela administração.

DESCRIÇÃO	2020	ADICÕES	BAIXAS	DEPRECIÇÃO	2021
EDIFICAÇÕES	21.703.827,10	378.863,07	(192.751,14)	0,00	21.940.916,44
TERRENOS	673.000,00	0,00	0,00	0,00	673.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.635.666,79	167.280,19	(188.568,74)	0,00	4.620.555,04
MÁQUINAS E EQUIP.	6.130.904,49	497.927,94	(1.099.595,00)	0,00	5.533.457,33
APARELHOS DE MEDICINA	10.259.622,01	896.472,15	(158.213,38)	0,00	11.005.870,78
INSTR DE MEDICINA E CIR	558.851,47	68.470,24	(416,54)	0,00	626.905,17
EQUIPAMENTOS INFORM	2.623.241,63	63.070,16	(51.901,24)	0,00	2.644.386,56
VEÍCULOS	704.775,20	0,00	(679.568,20)	0,00	25.207,00
(-) Dep de Edificações	(8.141.687,91)	0,00	37.937,13	(875.562,24)	(8.979.313,02)
(-) Dep de Maq e Equip	(4.623.543,97)	0,00	733.845,33	(409.869,94)	(4.299.568,58)
(-) Dep de Ap de Medicina	(6.159.915,21)	0,00	90.068,03	(787.567,53)	(6.857.414,71)
(-) Dep de Instr de Med	(350.495,96)	0,00	416,54	(39.434,63)	(389.514,05)
(-) Dep de Sist de Informática	(1.993.128,63)	0,00	48.380,19	(204.307,36)	(2.149.055,80)
(-) Dep de Móveis e Utensílios	(2.904.498,65)	0,00	107.190,75	(376.590,53)	(3.173.898,43)
(-) Dep de Veículos	(280.583,52)	0,00	342.810,14	(87.433,62)	(25.207,00)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS SUB	234.276,14	0,00	(98,00)	0,00	234.178,14
MÁQUINAS E EQUIP SUB	3.890.758,24	6.010.860,83	0,00	0,00	9.902.119,07
EQUIP. E SIST. DE INFOR. SUB	24.055,00	0,00	0,00	0,00	24.055,00
APARELHOS DE MEDICINA SUB	4.266.918,49	547.181,52	0,00	0,00	4.814.100,01
EDIFICAÇÕES SUBVENÇÃO	251.298,72	0,00	0,00	0,00	251.298,72
VEÍCULOS SUB	0,00	0,00	0,00	0,00	193.575,20
(-) Dep de Sist. de Informática	(3.608,37)	0,00	0,00	(4.811,16)	(8.419,53)
(-) Dep de Maq e Equip. Sub	(1.319.514,14)	0,00	0,00	(593.212,20)	(1.912.726,34)
(-) Dep de Ap de Medicina Sub	(2.197.501,09)	0,00	0,00	(462.779,33)	(2.660.280,42)
(-) Dep de Móveis e Uten. Sub	(167.580,75)	0,00	40,18	(23.424,81)	(190.965,38)
(-) Dep de Edificações. Sub	(12.182,26)	0,00	0,00	(10.051,92)	(22.234,18)
(-) Dep Veículos Sub	0,00	0,00	0,00	(29.036,25)	(29.036,25)
EDIFICAÇÕES EM ANDAMENTO	9.470,00	299.529,55	0,00	0,00	35.384,23
EXPANSÃO ONCOLOGIA	0,00	263.707,66	0,00	0,00	263.707,66
CONSORCIO EM ANDAMENTO	137.986,64	101.707,68	0,00	0,00	239.694,32
TOTAL	27.950.411,46	9.295.070,99	(1.010.423,95)	(3.904.081,52)	32.330.776,98

NOTA 8 – FORNECEDORES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2021	2020
FORNECEDORES	9.390.943,07	8.710.316,94

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2021	2020
IRRF a Recolher Funcionários	220.815,47	192.976,27
IRRF a Recolher Pessoa PF	19.712,78	41.325,80
IRRF a Recolher Pessoa PJ	79.410,34	108.145,28
CSSLL/PIS/COFINS a Recolher	221.319,93	324.989,95
TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS	561.228,63	667.437,30

NOTA 10 – DÉBITOS COM FUNCIONÁRIOS

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Bolsistas e Estagiários	4.165,92	4.021,24
Ordenados e Salários	1.753.482,00	1.542.692,00
Provisão de Férias	3.240.221,30	2.804.607,13
Sindicatos a Recolher	29.947,04	27.164,28
Pensão Alimentícia	2.071,95	2.742,72
Cantina Desconto	28.434,13	23.389,38
Santander - Empréstimo Funcionários	89.155,51	35.671,66
Bradesco - Empréstimo Funcionários	22.256,47	30.759,02
TOTAL	5.169.734,32	4.471.547,43

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS

BANCO	Nº PARC	JUROS	2021	2020
BRDE	96	2,5%AA+TJLP	645.107,4	1.198.056,64
BRADESCO	33	0,76%am	1.298.705,39	0,00
BRADESCO	36	0,79%am	733.275,73	1.002.615,00
BRADESCO	75	0,79%am	8.853.276,08	10.185.238,94
SANTANDER	72	0,87%am	11.356.755,21	13.523.628,98
FOMENTO	58	0,15%am	0,00	1.690.350,80
FOMENTO	68	4,5%aa	1.429.633,39	0,00
UNIPRIME	114	0,50%am	3.980.098,24	0,00
UNIPRIME	60	0,49%am	0,00	5.920,50
UNIPRIME	60	0,49%am	0,00	18.169,58

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade responde a algumas reclamações trabalhistas e ações judiciais cíveis. Com base na opinião de sua assessoria jurídica, fundamentada nas circunstâncias específicas de cada ação ou impugnação, a entidade, se valendo do que dispõe a NBC TG 25, aprovada pela resolução CFC nº 1.180/2009, constituiu as devidas provisões civil e trabalhistas. Ainda de acordo com a mesma opinião, as causas avaliadas com possíveis perdas, foram estimadas no valor de R\$267.000,00. Já o valor estimado como perda provável e contabilizado pela entidade, está demonstrado abaixo.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Provisões para Ações Cíveis	404.411,81	248.881,86
Provisão para Contingências Trabalhistas	28.310,57	88.857,34
TOTAL	432.722,38	337.739,20

NOTA 13 – ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Conforme Lei complementar 187/2021 Entidade Beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91:

DESCRIÇÃO	2021	2020
20% s/ Folha e Autônomos	7.039.570,55	6.345.804,26
2% RAT/SAT	673.893,91	583.537,56
5,8% Terceiros	1.890.214,09	1.636.772,34
Contribuição da Seguridade Social (COFINS)	5.981.194,26	4.506.351,17
Contribuição (CSLL) Sobre Lucro	490.679,38	290.651,72
TOTAL	16.075.552,19	13.363.117,05

NOTA 14 - OFERTA DOS SERVIÇOS PARA SUS NO ANO DE 2021

No ano de 2021 foram ofertados ao SUS Sistema Único de Saúde, o total de 170 leitos, pertencentes ao Hospital. Durante o exercício de 2021, a quantidade de internações prestadas através do convênio corresponde em média a 66,75% de paciente dia e a quantidade de procedimentos prestados corresponde em média 82,75% de atendimentos a pacientes, conforme demonstra quadro abaixo: Os atendimentos dos meses de setembro a dezembro de 2021 foram pegos do sistema próprio da Instituição, já que no Ministério da Saúde só estava atualizado até o mês de agosto de 2021.

	2021		2020	
	Qtde	%	Qtde	%
Pacientes/Dia				
Nro. Pacientes/Dia SUS	28.135		26.356	
Nro. Pacientes/Dia Não SUS	14.012		12.376	
Total Pacientes/Dia	42.147	66,75%	38.732	68,05%
Atendimentos Ambulatoriais				
SUS	243.259		160.150	
Não SUS	201.825		104.109	
Total de Atendimentos Ambulatoriais	445.084	66,65	264.259	60,60
Atenção a:				
I - Atenção Obstétrica e Neonatal;	S	1,50%	S	1,50%
II - Atenção Oncológica;	S	1,50%	S	1,50%
III - Atenção às Urgências e Emergências;	S	1,50%	S	1,50%
IV - Atendimentos Voltados aos Usuários de Álcool, Crack e Outras Drogas	N	0,00%	N	0,00%
V - Hospitais de Ensino.	S	1,50%	S	1,50%
Total		6,0%		6,0%
Atendimento SUS				
Nro. Pacientes/Dia SUS		66,75%		68,05%
Atendimento Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Atenção		6,00%		6,00%
Total % Atendimento SUS		82,75%		84,05%

NOTA 15 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, em valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

NOTA 16 – SUBVENÇÕES

No ano de 2021 a Entidade recebeu recursos.

DESCRIÇÃO	2021
Convênio 193/2020 – Estadual – Equipamentos (a)	2.925.878,55
Convênio 034/2021 – Estadual – Equipamentos (b)	638.581,17
Convênio 905322/2020 – Federal – Equipamentos	2.468.534,00
TOTAL	6.032.993,72

a) Termo de convênio 193/2020, a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, colaborou na aquisição dos equipamentos com uma contrapartida de R\$ 153.993,61, totalizando o convênio com o valor de R\$ 3.079.872,16.

b) Termo de convênio 034/2021, a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, colaborou na aquisição dos equipamentos com uma contrapartida de R\$ 33.609,53, totalizando o convênio com o valor de R\$ 672.190,70.

NOTA 17 – OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE

No ano de 2021 a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa alienou sua carteira da Operadora do Plano de Saúde. Toda carteira passou a ser gerida pelo Grupo Sul América, através da Operadora do Plano de Saúde do Paraná Clínicas CNPJ 76.717.040/0001-10, sendo o último mês de atendimento Setembro de 2021.

NOTA 18 – RESSARCIMENTO SUS

O ressarcimento ao SUS no montante de R\$ 851.896,44, que vem sendo cobrado da operadora, refere-se a atendimentos aos usuários da operadora em rede hospitalar e UPA's, informações essas extraídas do site da Agência Nacional da Saúde - ANS. Esses atendimentos, quando cobrados indevidamente pela Agência Nacional da Saúde, são recusados aguardando decisão da mesma e quando realmente devidos esses atendimentos, os avisos de cobrança são pagos. Estão compostos como segue:

	2021	2020
Ressarcimento ao SUS - GRU	47.650,81	0,00
Ressarcimento ao SUS - (% hc X ABI)	325.522,77	160.300,89
Ressarcimento ao SUS Parcelado Curto Prazo	106.197,72	1.429,61
Total Curto Prazo	479.371,30	161.730,50
Ressarcimento ao SUS Parcelado Longo Prazo	372.525,14	0,00
Total Curto + Longo Prazo	851.896,44	161.730,50

NOTA 19 – APLICAÇÕES VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	2021	2020
OPS Banco Santander PEONA 132072-1	896.017,06	860.199,09

Os valores das provisões técnicas estão no fundo Santander FI – Dedicado ao Setor de Saúde Suplementar – ANS-RF, mantido pela entidade junto ao Banco Santander S/A, para garantir as exigências da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS. Esse valor deverá ser resgatado em 2022, após deferimento da baixa da Operadora de Plano de Saúde, que foi protocolado em 22/12/2021 Protocolo N° 2021419338200612943.

Ponta Grossa-PR, 31 de dezembro de 2021.

FLAVIO KAIBER
PROVEDOR
CPF 439.423.427-15

CLAUDINÉIA LOPES DA SILVA
CRC-PR 53.549/O
CPF 004.907.959-00

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.







3. Ainda, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda a incorporação do déficit do exercício ao Patrimônio Social, conforme prevê o Art. 45 do Estatuto Social.

Ponta Grossa, 09 de fevereiro de 2022.

PAULO ROBERTO HILGENBERG

GILSON RENATO WIECHETECK



 facebook.com/SantaCasadePontaGrossa  [@santacasapg](https://instagram.com/santacasapg)
 www.santacasapg.com  Santa Casa de Ponta Grossa  42 3026.8000
 Av. Dr. Francisco Búrzio, 774, Centro - Ponta Grossa - PR - CEP 84010-200



Diretor Técnico: Dr. Rogério Santos Clemente - CRM-PR: 12841 / RQE: 0934

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa Ponta Grossa – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto

descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião com ressalva

Da incorporação do resultado do exercício de 2020

A Entidade não vem incorporando o resultado para que o Patrimônio Social não fique a descoberto. Este procedimento contraria o que determina a NBC-ITG 2002(R1) - item 15, que diz que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. Em 2020 houve um superávit no valor de R\$3.229.463,58, e em 2021 o superávit foi no valor de R\$5.550.412,32.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com

tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para Nota 17 às demonstrações contábeis, que informa que no ano de 2021 a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa alienou sua carteira da Operadora do Plano de Saúde, passando

toda carteira a ser gerida pelo Grupo Sul América, através da Operadora do Plano de Saúde do Paraná Clinicas CNPJ 76.717.040/0001-10, sendo o último mês de atendimento Setembro de 2021.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião

sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por

nós examinadas, conforme parecer, com ressalva, emitido em 04/02/2021.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cuja apresentação não é requerida pela legislação brasileira para as entidades sem fins lucrativos. Essas demonstrações foram subme-

tidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o rela-

tório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da ca-

pacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de janeiro de 2022.

SCHIMITT AUDITORES SS
KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT
CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1